



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - I - LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora do Bom Sucesso – Pedidos de licença especial de ruído, licença de recinto improvisado, corte de estrada, apoio logístico e isenção do pagamento das respetivas taxas

1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Proposta de Aditamento ao Protocolo de Colaboração para o ano de 2018

1.3. Fundo REVITA – Designação de Representante no Conselho de Gestão - Ratificação

2. Secção Financeira

2.1. Balancete

2.2. Pagamentos

2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018

2.4. Alteração ao Orçamento de 2018

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

3.1. Obras particulares

4. Setor de Ambiente

4.1. Abertura de procedimento para execução da empreitada de “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrogão Grande)”

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Foi presente a ata n.º 16/2018, respeitante à reunião de 31 de agosto, tendo a Sra. Presidente questionado os Srs. Vereadores se estes pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que, de uma forma geral, a ata em questão foca todos os pontos que foram objeto de discussão. No entanto, a Bancada do PS, sem querer que pareça um preciosismo, assinala que a ata é mais sucinta e essa tentativa de sintetizar a extensão da mesma, do seu ponto de vista, diminui a sua qualidade.

Mais referiu que a bancada do PS entende que determinados momentos da discussão é importante que fiquem na ata contudo, sem querer inquinar este procedimento e uma vez que as atas têm andado atrasadas, seria positivo que lhes fosse permitido ouvir a gravação da reunião no sentido de contribuir para a sua melhoria.

A Sra. Presidente questionou se existia algum ponto da reunião que merecesse mais destaque tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondido negativamente e que os pontos e as sequências das intervenções estavam lá, porém consideram algumas intervenções muito sucintas.

Volvendo, a Sra. Presidente referiu que o seu entendimento de ata é precisamente que seja um resumo, por outro lado não pretende que algo que os Senhores Vereadores do PS considerem importante não esteja explanado contudo pelo que diz o Sr. Vereador Gonçalo Lopes não é o que se verifica e como tal não vê necessidade de se adiar a votação da ata.

A talho de foice, propôs para que não se atrase muito a votação das atas, que quem tivesse comentários ou sugestões relativamente às atas que as enviem antes da votação da ata na reunião seguinte tendo sido, entre todos, acordado que esse procedimento tornaria a votação e publicação das atas mais célere.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu a ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com duas abstenções por parte dos Senhores Vereadores do PS.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou o porquê dos anexos às deliberações não serem publicitados juntamente com as atas, tendo a Dra. Bernardina Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica, informado que o critério tem sido publicitar a ata mas iria rever o assunto, nomeadamente quanto aos anexos que fazem parte integrante da ata.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes pediu que fossem retificadas as atas anteriormente publicadas que continham anexos e que não foram lá incluídos.

Em seguida, a Sra. Presidente informou os Srs. Vereadores que não foi possível concluir a ata n.º 17/2018, relativa à reunião de 19 de setembro, pelo que será submetida a votação na próxima reunião.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente passou ao período de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 18/09/2018, veio o Grupo Parlamentar "Os Verdes" informar que tinha apresentado na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a "Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública", o qual remeteu em anexo para conhecimento do Executivo Municipal.
Mais informou que a discussão desta iniciativa legislativa se encontrava agendada para dia 20 de setembro de 2018.
- Manuel A. C. Rebelo remeteu ao Município documento intitulado "Intermunicipalidade: Subsídios conceptuais para a criação do estatuto de município observador associado". A proposta plasmada no referido documento é dirigida ao Ministro da Administração Interna, mas o subscritor dá conhecimento da mesma a uma série de outras entidades, incluindo Sua Excelência o Presidente da República, e convida os autarcas dos municípios de Pombal, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Penela, Miranda do Corvo, Lousã, Góis e Pampilhosa da Serra a refletir sobre a matéria exposta.
- Tiveram início no dia 26 de setembro corrente as obras de desassoreamento a levar a cabo no leito da Ribeira de Pera no âmbito da empreitada "Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de Proteção dos Recursos Hídricos Afetados", cuja adjudicatária é a firma AQUIJARDIM, SA.
- Foi efetuada a aquisição de serviço técnico especializado para apoio ao BUPi: três contratações para o período de 24/09/2018 a 31/10/2018 e uma para o período de 01/10/2018 a 31/10/2018.
Ainda no âmbito do BUPi e em face deste reforço de apoio técnico ora implementado, será lançado um edital a apelar aos proprietários de terrenos rústicos que ainda não procederam à georreferenciação dos mesmos para que, com a maior brevidade possível, efetuem a marcação de data para o efeito junto da Câmara Municipal.
- Através de e-mail de 27/09/2018, Gonçalo Lopes veio informar que, devido a constrangimentos de agenda por parte de alguns dos intervenientes na iniciativa "(Re)inventar o interior", organizada pela concelhia do PS de Castanheira de Pera, prevista para o dia 29 de setembro, não se poderá realizar nessa data, ficando adiada para o próximo dia 20 de outubro, solicitando a cedência do auditório para a indicada data. Mais solicita a disponibilização do sistema de som e de um retroprojetor no âmbito da realização do aludido evento. Foi apostado despacho no sentido do deferimento da pretensão formulada.
A Câmara Municipal tomou conhecimento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente informou que se realizou no dia anterior na aldeia do Coentral a reunião de direção da Adxtur. Transmitiu que esta reunião se realizou naquele local porque o Executivo considera que não faz sentido que Castanheira não tenha uma única aldeia integrada na Rota das Aldeias do Xisto, inclusivamente porque *“é um ponto em branco que se encontra no mapa”*, e como tal está a encetar esforços junto da Direção das Aldeias do Xisto para que seja integrada naquela rota uma aldeia de Castanheira.

Nesse sentido, a Direção da Adxtur achou por bem realizar uma das suas reuniões no Coentral de forma a verificar o que poderá aquela aldeia acrescentar de valor à própria rede de Aldeias de Xisto. Neste sentido, esclareceu que o objetivo do Executivo não é apenas recolher benefícios ao pertencer à rede das Aldeias de Xisto, dado o âmbito da Adxtur, mas também é entendimento do Executivo que a própria Adxtur terá também interesse em ter uma aldeia no concelho de Castanheira de Pera. Assim, referiu que tem de agradecer à direção da Adxtur ter deslocalizado a sua reunião para aquela aldeia, acrescentando que, de um modo geral, ficou agradada com o que viu e considera que existe a possibilidade de a mesma vir a fazer parte da rede. Sobre esta possibilidade, informou que, como todos sabem, a direção da Adxtur não tinha previsto o alargamento da Rota das Aldeias do Xisto, porém, atendendo à situação específica de Castanheira, ao interesse demonstrado pelo Executivo e à mais-valia que pode ser o Coentral, o processo será analisado para que possa ir à próxima reunião de Assembleia daquela entidade, a integração da aldeia do Coentral na citada rede, porque, na opinião da direção da Adxtur, será a que fará mais sentido ser integrada.

Continuando, informou que hoje, de manhã, o representante da Câmara na Assembleia Geral da Prazilândia, Sr. Albano Morgado Rodrigues, veio dar conhecimento do pedido de demissão da Presidente do Conselho de Administração daquela empresa municipal. Na sequência ir-se-á manter na Administração os dois outros elementos, ficando o Dr. Pedro Dinis a assumir as funções de Presidente enquanto não for encontrada uma solução definitiva para o quadro da empresa. A Sra. Presidente apresentou cópia da ata da Assembleia Geral da Prazilândia onde foi aceite a demissão da atual Presidente do Conselho de Administração e onde foi deliberado que o Dr. Pedro Dinis assumiria essas funções a meio tempo.

Nesta sequência, interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás para dar conhecimento que as duas máquinas objeto do procedimento de aquisição da retroescavadora e da mini pá carregadora foram entregues ontem pela empresa adjudicatária.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando, relativamente à informação dada pela Sra. Presidente sobre as obras de desassoreamento, se depois desse desassoreamento iriam continuar todos os trabalhos no âmbito da empreitada onde estava envolvido esse trabalho ou se era apenas especificamente aquele tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que os trabalhos da empreitada para o feito iriam ser realizados sequencialmente.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionando relativamente à informação dada pela Sra. Presidente, sobre o pedido de demissão da Presidente do Conselho de Administração da Prazilândia, se não foi dado qualquer enquadramento do motivo dessa decisão.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que, pelo que tem conhecimento, todos estavam extremamente agradados com o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração e que a Presidente daquele Conselho invocou motivos *“estritamente pessoais”* para efetuar este pedido.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou, relativamente à informação da Adxtur se não foi ponderada ou estudada também a possibilidade de inclusão da aldeia do Camelo na Rota das Aldeias de Xisto uma vez que até há algum tempo atrás era a que considerávamos mais plausível de integração.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que foram ponderadas as duas situações, Coentral e Camelo, não estando ainda definida a decisão apesar de ser entendimento da Adxtur que a aldeia do Coentral tem características que se enquadram na rede o que não quer dizer que não venha a ser estudada uma outra situação dada a proximidade entre as duas aldeias. Salientou que todas estas questões ainda estão a ser definidas, que ainda não foi aprovada qualquer decisão e como tal não há certezas de que alguma das aldeias de Castanheira venha a fazer parte da Rota das Aldeias do Xisto.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, perante esta matéria, os Vereadores do PS não poderiam deixar de considerar que é importante que este Executivo mantenha, de alguma forma, a possibilidade de pugnar, ainda que não no primeiro momento, pela inclusão da aldeia do Camelo. Mais acrescentou que os Vereadores do PS entendem que a aldeia do Camelo, ainda que com algumas intervenções que são necessárias, a médio e longo prazo reunirá condições para também integrar esta rede das aldeias de xisto.

Retomando, a Sra. Presidente salientou que a questão inicial colocada por este Executivo à direção da Adxtur foi a integração das duas aldeias na rede das aldeias de xisto. Explicou que como Castanheira não tem integrada nenhuma aldeia, para o Executivo é importante e premente haver a integração de uma aldeia naquela rede e tudo irão fazer para que se consiga atingir esse objetivo. Mais, explicou que, na opinião do Executivo, a integração de uma das aldeias já deveria estar efetuada há muito tempo acrescentando que, com toda a certeza, já estaríamos a recolher frutos neste momento.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que evidentemente integrar uma aldeia naquela rede é positivo todavia considera importante que o Executivo defenda pela integração da mais outra.

Continuando, fez referência a um comunicado da CIMRL relativo a um projeto de alargamento e melhoria ao nível do Hospital de Santo André, no que concerne à urgência, comunicado esse subscrito por todos os Municípios que



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

integram essa comunidade intermunicipal. Sobre o mesmo referiu que da sua leitura ficou com dúvidas porque, como é do conhecimento geral, Castanheira de Pera, bem como todo o norte do distrito em geral, ao nível dos cuidados de serviços especializados (consultas da especialidade, consultas externas, urgências) efetivamente realiza toda a cadência de movimentos pendulares com os hospitais centrais de Coimbra. Assim, sublinhando que da leitura deste comunicado, subscrito pelo nosso Município, depreende que se vislumbra alguma alteração neste sentido, questiona qual é a posição do Executivo relativamente a esta questão dos cuidados de saúde da especialidade.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente aproveitou o mote para informar que neste momento o quadro de médicos do Centro de Saúde de Castanheira de Pera está completo.

Em seguida, informou que o Hospital de Santo André está a encetar medidas para que tenha melhor capacidade de resposta em relação a consultas de especialidade na zona influente de Leiria. Relativamente aos concelhos do norte do distrito não foi nada debatido e os doentes do nosso concelho continuarão a ser direcionados para Coimbra. Explicou também, que o teor do comunicado é no sentido de dotar o hospital de Leiria, bem como o de Pombal com capacidades de resposta totalmente diferentes, direcionadas aos utentes do centro e sul do distrito.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitiu ter algumas dúvidas relativamente à limpeza das faixas de gestão de combustível, nomeadamente no troço da EN 236, entre o Bolo e a Cova das Malhadas e entre Pera e a estrada do Coentral, questionando se a intervenção já terminou e se o Município tem acompanhado os trabalhos.

Em resposta, a Sra. Presidente referiu não ter presente a data em que termina e solicitou à Dra. Fernanda Carvalho que fosse verificar esses dados.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes assinalou que os trabalhos que estão a ser realizados no nosso concelho e em Pedrógão são completamente diferentes. Explicou que, não sendo técnico, verifica que em Pedrógão, do ponto de vista visual, a forma como estão a ser organizados os resíduos, a forma como estão a ser cortadas as árvores na área de intervenção é totalmente diferente e não ficam sobranças nos terrenos.

Interveio o Sr. Vereador João Graça explicando que a empresa que anda a realizar os trabalhos de limpeza das faixas de gestão está a fazer um trabalho completamente diferente.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes apresentou um vídeo que gravou no passado domingo, dia 23 p.p., onde argumenta que se pode verificar que os trabalhadores da empresa estão a cortar material lenhoso e a colocá-lo para dentro de uma faixa *“que de certeza não vão limpar porque é dentro do terreno do proprietário”*.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Nessa sequência, o Sr. Vereador Nuno Tomás esclareceu que depois do corte a intenção é ir remover o material lenhoso.

Complementando, o Sr. Vereador João Graça referiu que admite que em Pedrógão o processo esteja a ser realizado de uma forma completamente diferente, porém no nosso concelho o que foi acordado foi diferente. Explicou que, segundo a empresa, iria ser efetuado a limpeza da faixa de contenção dos 10 metros, depois iriam derrubar as árvores e só depois é que iriam estilhar os sobrantes.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes elucidou que pretendem saber qual o “*timing*” de execução porque o método construtivo não lhes interessa, interessa sim o resultado final da obra, fazendo notar que o trabalho que viu, para já, não está a ser feito de forma correta.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que teríamos de aguardar até que a empresa dê a obra por concluída para verificar se era o fim que estava previsto no caderno de encargos e tomar as devidas medidas nessa altura.

Depois de mais alguma troca de impressões, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que os Vereadores do PS deixavam o alerta no sentido de que o trabalho seja feito com o maior profissionalismo.

Seguidamente usou da palavra a Dra. Fernanda Carvalho para informar que o prazo de execução da obra são cinco meses e que o contrato foi assinado a 16 de julho de 2018.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que junto ao parque de estacionamento das autocaravanas, a montante da Praia das Rocas, existe uma parcela de terreno cujo proprietário tinha vedado com pedras que agora foram retiradas. Questionou se este Executivo encetou alguma negociação no sentido de resolver aquela quezília ou se foi apenas uma iniciativa do proprietário.

Em resposta, a Sra. Presidente transmitiu que este Executivo já encetou algumas negociações com o proprietário para resolver um problema que anda há anos para ser resolvido, porém aquele proprietário não quer decidir nada sem a presença da esposa que se encontra no estrangeiro.

Prosseguindo, esclareceu que retirar as pedras foi uma iniciativa do proprietário, num dia em a Praia das Rocas recebeu imensos visitantes, para dar acesso aos carros. Explanou que, segundo o proprietário, fê-lo para evitar que a situação que se tinha verificado alguns dias atrás da GNR autuar os carros mal estacionados não se voltasse a repetir, atitude que a Sra. Presidente agradeceu apesar da sua situação ainda não estar resolvida.

Com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes registou a atitude de boa vontade do proprietário.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Continuando, questionou se já tinha chegado o parecer jurídico solicitado à CCDRC sobre o regulamento de incentivos aos Bombeiros, tendo a Sra. Presidente respondido negativamente, acrescentando que, independentemente de haver ou não parecer jurídico, é importante que se aguarde pelo regulamento que está a ser preparado pela CIMRL tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionando se não iríamos regulamentar nada isoladamente.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que, na sua opinião, não faz sentido fazer um regulamento isolado, reiterando que o melhor será aguardar pelo regulamento que vai ser elaborado pela CIMRL para depois à Câmara e então serem introduzidas as alterações que mais se adequem à nossa realidade.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que o que não fazia sentido era a Sra. Presidente continuar *“a ignorar as propostas que chegam a esta Câmara”* por parte dos Vereadores do PS tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que essa afirmação *“era uma leitura”* dos mesmos.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes encerrou o assunto e prosseguiu mencionando que os documentos que pediram sobre os procedimentos das estradas ainda não lhes foram entregues.

Usou da palavra, a Dra. Bernardina para informar que ainda não lhe foi possível tratar desse assunto porque desde que chegou de férias tem tido imensos assuntos em mãos mas que, contudo, iria tratar dessa situação o quanto antes.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA BOM SUCESSO – PEDIDOS DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO, CORTE DE ESTRADA, AOPIO LOGÍSTICO E DE ISENÇÃO DAS RESPECTIVAS TAXAS.

Presentes requerimentos apresentados pela Comissão de Festas em Honra da Nossa senhora do Bom Sucesso, representada por Rui Martins, a formular pedidos diversos relacionados com a realização de um baile, na localidade do Carregal Fundeiro, no dia 5 de outubro de 2018, nomeadamente:

- Emissão da licença especial de ruído e da licença de recinto improvisado para o indicado dia, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas;
- Encerramento de via ao trânsito, no âmbito da atividade em causa, conforme planta anexa à presente deliberação;
- Cedência de vaías (grades);
- Cedência de 2 contentores do lixo.

Considerando a natureza da requerente e o âmbito da sua atuação, bem como o facto de a atividade a realizar ser fomentadora da dinamização socioeconómica local, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas, devendo a requerente dar cumprimento rigoroso



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

às normas legais aplicáveis, com especial incidência para as normas sobre segurança e Ruído, atendendo à existência de prédios habitacionais na envolvente do espaço a utilizar.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos de apoio logístico formulados, no limite das suas competências e dos recursos existentes e disponíveis no Município.

Propõe-se, ainda, que a Câmara Municipal delibere aprovar o encerramento da via ao trânsito, conforme planta anexa à presente deliberação, mediante cumprimento do disposto no parecer emitido pela GNR e no parecer emitido pelo Fiscal Municipal, bem como a tomada pela requerente de medidas tendentes a minimizar os constrangimentos que a situação possa causar.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O ANO DE 2018

Na sequência do pedido formulado pelo Sport Castanheira de Pera e Benfica de reforço do apoio financeiro concedido para o corrente ano, a fim de conseguir fazer face às despesas decorrentes da implementação do respetivo Plano de Atividades e considerando, nomeadamente:

- O facto de a instituição não ter conseguido angariar verbas para colmatar a diferença entre o valor da comparticipação solicitada ao Município aquando do envio do respetivo Plano de Atividades para o ano em curso e o valor efetivamente atribuído por este;
- O manifesto benefício para o concelho advindo da concretização pelo requerente das ações previstas no respetivo Plano de Atividades;
- A inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;
- Considerando que os órgãos Municipais devem, na medida das suas possibilidades e competências, apoiar as instituições cuja atividade se reveste de interesse para o concelho nos mais diversos domínios;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere reforçar o apoio financeiro concedido ao requerente para o corrente ano com um montante de 3.200,00€ (três mil e duzentos euros).

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere que o apoio ora concedido seja formalizado através de aditamento ao protocolo celebrado com aquela instituição em 26 de janeiro de 2018, nos precisos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. FUNDO REVITA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO DE GESTÃO - RATIFICAÇÃO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, que criou o Fundo REVITA, este é gerido por um Conselho de Gestão, cuja composição integra um representante designado pelas Câmaras Municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande;

Considerando que a Câmara Municipal através de deliberação tomada por unanimidade, em reunião ordinária de 24/11/2017, designou o Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, Valdemar Gomes Fernandes Alves, como representante dos indicados Municípios;

Considerando que o aludido representante, por ofício datado de 19/09/2018, informou o Conselho de Gestão do Fundo REVITA da sua saída do órgão, com efeitos imediatos, bem como da Coordenação da Comissão Técnica do aludido Fundo;

Considerando a urgência em proceder à designação de um novo representante para ocupar o lugar em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão tomada pela Sra. Presidente da Câmara, em conjunto com os Presidentes das Câmaras Municipais de Figueiró dos Vinhos e de Pedrógão Grande, no sentido da designação de António Manuel Mendes Lopes, Engenheiro Civil e Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos como representante dos Municípios no Conselho de Gestão do Fundo REVITA, bem como da designação, como substituto daquele, nas suas ausências, de Jorge Manuel Fernandes de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 26 de setembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal, era nesse dia de 2.862.569,28 € (dois milhões oitocentos e sessenta e dois mil quinhentos e sessenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.813.912,02 € (dois milhões oitocentos e treze mil novecentos e doze euros e dois cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 48.657,26 € (quarenta e oito mil seiscentos e cinquenta e sete euros e vinte e seis cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.872.712,58 € (dois milhões oitocentos e setenta e dois mil setecentos e doze euros e cinquenta e oito cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

8. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 18/09/2018 e 26/09/2018, registados sob os números 1045, 1046, 1051 a 1107 e 1110 a 1137, no valor total de 258.924,39 € (duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e vinte e quatro euros e trinta e nove cêntimos), respeitantes a Despesas Orçamentais.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

Tomado conhecimento.

9. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 13.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 3.200,00 € (três mil e duzentos euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 21/09/2018 autorizando a 13.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros), por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 3.200,00 € (três mil e duzentos euros), igualmente, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. OBRAS PARTICULARES

João Manuel Nunes Fernandes vem requerer a aprovação do pedido de legalização e autorização de utilização referente à operação urbanística de construção de edifício destinado a armazém, numa parcela de terreno sita em Sarzedas de S. Pedro, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral

A referida operação urbanística localiza-se numa área abrangida pela 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, verificando-se que a obra a legalizar não colide com as disposições constantes deste instrumento de planeamento.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o pedido de legalização e a respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 42/SPOPU/2018, datado de 27 de setembro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador António Antunes pediu escusa por ser coordenador do projeto e autor dos projetos de especialidades, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

12. OBRAS PARTICULARES

Presente o Parecer n.º 43/SPOPU/2018, de 27 de setembro de 2018, informando que, no âmbito da audiência prévia relativa ao processo 3394/2016, foram sanadas as deficiências que obstavam a aprovação do pedido de legalização e de autorização de utilização referente à edificação, sita nas Botelhas, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, cujo titular é a Associação Ponte Sobrinho – Associação para o Desenvolvimento de Botelhas.

A referida operação localiza-se numa área abrangida pela 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, verificando-se que a obra a legalizar não colide com as disposições constantes deste instrumento de planeamento.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o pedido de legalização e respetiva autorização de utilização, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 43/SPOPU/2018, de 27 de setembro de 2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador António Antunes pediu escusa por ser coordenador do projeto e autor dos projetos de especialidades, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu, igualmente, escusa, por ter intervindo na parte respeitante à CERTIEL, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que também não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO/ INCÊNDIO 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE)” PÚBLICO

Atendendo ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a abertura do concurso público para execução da empreitada “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrógão Grande)”, com o preço base de 473 540,97 € (quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta euros e noventa e sete cêntimos), acrescido de IVA, nos termos e com os fundamentos constantes da informação de abertura emitida em 26 de setembro de 2018, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se ainda que, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, a Câmara Municipal designe o respetivo Júri, com a seguinte composição:

- Presidente – Paula Maria Teixeira dos Santos
- Vogal Efetivo – Élia Milene Prata
- Vogal Efetivo – João Pedro Pegado



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

- Vogal Suplente – Pedro José Veras
- Vogal Suplente – Victor Henriques Silva

Mais se propõe que, nos termos do estipulado no artigo 109.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 69.º do CCP, a Câmara Municipal delibere delegar no júri a competência para prestar os esclarecimentos apresentados pelos interessados, no âmbito do disposto no artigo 50.º do CCP.

Propõe-se ainda, e de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, a designação como gestor do contrato o Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva.

Por último, propõe-se ainda a designação dos seguintes elementos para a fiscalização em representação do dono da obra:

- Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva;
- Frederico José Teixeira Correia;
- Técnico responsável pela coordenação da segurança da empreitada.

DISCUSSÃO.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes transmitiu que esperava que esta empreitada lançada no final de setembro com um prazo de execução de 190 dias não venha a ser afetada pelo período das chuvas que se avizinha, ou seja, que não venha a ser afetada a boa execução dos trabalhos.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que tendo o Executivo contratado uma empresa para fazer consultoria nesta matéria não percebe o porquê de só agora se estar a proceder ao seu lançamento.

A Sra. Presidente informou que só agora é que o procedimento está em condições de ser lançado e que, se dependesse unicamente da sua vontade a obra já estaria a ser executada, e até concluída, porém existiram alguns contratemplos que levaram a este atraso.

Contrapondo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que percebe que se contrate uma empresa porque, na realidade, em termos técnicos o Município tem dificuldade em responder a todas as solicitações, todavia o facto de ter contratado essa empresa deveria fazer com que este processo fosse mais célere.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

14. ENCERRAMENTO

Antes de terminar a reunião, a Sra. Presidente referiu que não podia deixar de demonstrar a sua solidariedade relativamente à “triste” notícia que saiu ontem, dia 27 de outubro, sobre os trágicos acontecimentos dos incêndios de junho do ano passado, mais concretamente, a dedução da acusação contra os arguidos. Referiu que embora sabendo que não cabe à Câmara Municipal pronunciar-se sobre a matéria porque não é da sua competência, contudo considera que “as pessoas não



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 18/2018

Reunião Ordinária de 28 de setembro de 2018

são coisas” e como tal não pode deixar de propor um voto de solidariedade para com todos os autarcas acusados e que a comunicação social comunicou, salientando que não pretende com este voto interferir em matérias que não são da sua competência.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que, obviamente, os Vereadores do PS concordam com esta tomada de posição na sequência do Despacho do Ministério Público e que só não propuseram o voto de solidariedade, devido, por um lado, pelos motivos evocados pela Sra. Presidente, e por outro, porque já o tinham feito aquando da notificação da constituição daqueles como arguidos e sobre a qual a Câmara fez o devido voto de solidariedade a todos os envolvidos nesta matéria. Assim, escusando-se, neste fórum, de tecer qualquer tipo de consideração sobre o processo, os Vereadores do PS consideram que não podem enquanto autarcas deixar de reforçar esse princípio de solidariedade que deve subsistir sobretudo em momentos como este.

Nesta senda, o voto de solidariedade proposto pela Sra. Presidente foi aprovado por unanimidade.

Não tendo o público presente manifestado interesse em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____